



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
LABORATÓRIO NACIONAL DO MEDICAMENTO

AJUSTE DIRETO N.º LM 152/2024

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de transporte de medicamentos para os anos económicos de 2024 e 2025, nas quantidades e tipologias discriminadas no **Anexo A** ao Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Local de Prestação de Serviço

Os serviços objeto do presente procedimento, serão prestados no LM - Laboratório Nacional do Medicamento – Av. Dr. Alfredo Bensaúde, 1849-012 Lisboa.

Cláusula 3.ª

Período de Vigência

O contrato a realizar no âmbito do presente procedimento deverá ser integralmente executado desde a data presente no contrato, aquando da sua outorga, até ser atingida a quantidade adjudicada ou até 31 de dezembro de 2025, a contar da data da outorga do contrato ou, não sendo este reduzido a escrito, da data de envio do Pedido de Compra emitido pela Direção de Apoio.

Cláusula 4.ª

Preço Base

1. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.

2. No ano económico de 2024, a entidade adjudicante reserva-se no direito de adjudicar até ao montante máximo de **€ 4.550,00 (Quatro mil quinhentos e cinquenta euros) s/ IVA** e, no ano económico de 2025, a entidade adjudicante reserva-se no direito de adjudicar até ao montante máximo de **€ 8.220,00 (Oito mil duzentos e vinte euros) s/ IVA**.
3. No ano económico de 2024 e 2025 a entidade adjudicante reserva-se no direito de adjudicar até ao montante máximo de **€ 12.770,00 (doze mil setecentos e setenta euros) s/ IVA**.
4. O saldo do ano de 2024 pode ser acrescido ao montante autorizado do ano de 2025, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal.

Cláusula 5.ª

Obrigações Principais da Entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação da prestação do serviço objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos;
 - b. A obrigação do cumprimento das medidas fitossanitárias, de acordo com a legislação em vigor, relativa a material de embalagem de madeira não processada, usado no suporte, proteção ou transporte de mercadorias (caixotes, caixas, paletes, taipais de paletes, paletes caixas ou outros estrados para carga).
 - c. Comunicar ao LM, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tomem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos ou do contrato que for assinado em resultado do procedimento do concurso;
 - d. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da execução do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - e. Comunicar ao LM qualquer alteração ocorrida durante a execução do contrato, designada e relativamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicadas no contrato;
 - f. Para efeitos de pagamentos por parte do LM, prestar consentimento para que o mesmo, nos termos da lei, possa consultar a informação relativa à sua situação contributiva, quer perante a autoridade tributária, quer perante a Segurança Social, ou em alternativa, manter permanentemente atualizados os seguintes documentos:

- 1) Declaração atualizada relativa ao estado da sua situação contributiva perante a Autoridade Tributária,
 - 2) Declaração atualizada relativa ao estado da sua situação contributiva perante a Segurança Social.
2. A entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Produtos a distribuir

1. A Entidade Adjudicatária deverá prestar Serviços de transporte de medicamentos constantes no Anexo A do caderno de encargos a uma Temperatura entre 8°C e os 15°C.
2. Os registos a apresentar no final de cada transporte devem, no mínimo, conter a seguinte informação: data, hora de carga, hora de descarga, temperatura máxima registada e temperatura mínima registada.
3. O transporte e manuseamento dos produtos designados por Estupefacientes, Substâncias Psicotrópicas e Derivados de Plasmas, exigem controlo acrescido e devem obedecer à legislação Aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei 15/93 de 22 de janeiro na sua versão atual e o Decreto Regulamentar 61/94 de 12 de outubro na sua versão atual.

Cláusula 7.ª

Transporte de Frio

1. O transporte de frio deverá contemplar a atividade de planeamento de transportes.
2. A Entidade Adjudicatária deverá apresentar o transporte, em viaturas de frio, com rotas em dias uteis entre o local de carga e descarga identificados no Anexo A.
3. O LM deverá assegurar que nos locais indicados no plano de entregas os respetivos responsáveis recebem a mercadoria às datas acordadas.
4. As rotas de distribuição deverá ter em consideração os horários de funcionamento do local de carga e descarga, e deverá ser apresentado com devida antecedência para validação e aprovação do LM.
5. Os veículos utilizados para a distribuição deverão ter capacidade volumétrica útil no compartimento de carga, em frio controlado (frio positivo - entre os 8°C e os 15°C) para garantir o transporte dos medicamentos identificados no Anexo A do caderno de encargos.

Cláusula 8.ª

Principais atividades

1. As principais atividades a serem desenvolvidas pela entidade Adjudicatária são:
 - a. Execução de rotas de distribuição:
 - 1) Mapa de atribuição de Rota a Motorista;
 - 2) Certificação de Volumes;
 - 3) Carga de Volumes na Viatura;
 - 4) Receção de documentação da rota;
 - 5) Transporte de volumes na viatura;
 - 6) Descarga de volumes no armazém;
 - 7) Entrega e receção de documentação necessário e que confirme a entrega dos bens.
2. Os riscos de danificação, destruição, descaminho e furto decorrentes do manuseamento e transporte de produtos serão da total responsabilidade da Entidade Adjudicatária, desde a carga até à descarga.
3. No caso de danificação, destruição, descaminho e furto decorrentes do manuseamento e transporte de produtos designados de psicotrópicos e estupefacientes, entregues ao destinatário em embalagem devidamente selada, deve a Entidade Adjudicatária facultar obrigatoriamente a informação necessária para a comunicação às autoridades competentes de acordo com a legislação em vigor.
4. A Entidade Adjudicatária tem obrigatoriamente de possuir um seguro de responsabilidade civil que garanta os riscos inerentes à prestação de serviços.

Cláusula 9.ª

Interface e Sistemas de Informação

1. Serão disponibilizadas à entidade Adjudicatária, em formato a definir, todas as necessidades de entrega, com detalhe do local de descarga, materiais e quantidades.
2. Através da informação providenciada, a Entidade Adjudicatária deverá proceder à otimização das rotas de entrega em causa.

Cláusula 10.ª

Encargos Gerais

É da responsabilidade da entidade adjudicatária o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado a 30 (trinta) dias, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e após a aceitação definitiva dos bens prevista na cláusula seguinte.
2. Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.
3. As faturas emitidas pela entidade adjudicatária devem mencionar expressamente a nota de encomenda do LM a que dizem respeito.
4. O LM não assume a responsabilidade do pagamento de faturas de execuções que não correspondam ou excedam os valores constantes da nota de encomenda.
5. Eventuais propostas de adiantamentos ou de pagamentos parciais estão condicionadas pelo regime previsto no artigo 292.º do CCP.
6. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.
7. Nos termos da legislação em vigor, as entidades adjudicadas devem remeter as faturas eletrónicas, através da eSPap por via do Portal FE-AP.

Cláusula 12.^a

Aceitação

1. Após a realização da inspeção quantitativa e qualitativa, e verificada a conformidade dos serviços, cabe à Direção de Logística Farmacêutica do Laboratório Nacional do Medicamento (LM) declarar a aceitação definitiva do serviço fornecido, ficando registada a data de aceitação do mesmo.
2. Por aceitação definitiva deverá entender-se o ato final de aceitação efetuado pela Direção de Logística Farmacêutica do LM através da aposição de carimbo em uso no Laboratório Nacional do Medicamento, em que o responsável atesta a conformidade do serviço recebido.
3. Se durante a realização da inspeção quantitativa e qualitativa se verificar a ocorrência de falhas ou deficiências na execução do fornecimento, as mesmas serão comunicadas ao Segundo Outorgante para, no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data da referida notificação, proceder à regularização das irregularidades detetadas, sob pena de aplicação de sanções pecuniárias, nos termos da Cláusula Penal prevista na Cláusula 19.ª.
4. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 62/2013, de 10 de maio, e do nº 2 do artigo 299º do CCP, o prazo máximo de duração do processo de aceitação ou verificação para

determinar a conformidade dos bens ou dos serviços não pode exceder 30 (trinta) dias a contar da data de receção ou prestação dos mesmos.

Cláusula 13.^a

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

1. Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, designadamente pugnando pelo consumo racional de papel aquando da emissão dos seus relatórios, além de outras inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável.
2. À entidade adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o considerando n.º 37 da Diretiva 2014/24/EU.

Cláusula 14.^a

Sigilo e Confidencialidade

As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade de toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.

Cláusula 15.^a

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não pode recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, para a execução das atividades objeto do presente procedimento sem expresse consentimento por escrito da Entidade Adjudicante.
2. O recurso à prestação de serviços a entidades terceiras não pode, em caso algum, pôr em causa o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário.
3. O Adjudicatário, no caso de recorrer à prestação de serviços por terceiras entidades, deve apresentar os documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado ou cessionário, que sejam exigidos ao subcontratante ou cedente na fase de formação do contrato em causa.
4. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
5. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa.
6. Em caso de extinção dos contratos a celebrar, independentemente do motivo que lhe der origem, o Adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do

contrato, para terceiros designados pela entidade adjudicante, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços sem perturbação, e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

Cláusula 16.^a

Limitação de responsabilidade

A Entidade Adjudicante não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à prestação do serviço, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos trabalhadores ao serviço do adjudicatário, salvo se resultarem de culpa devidamente comprovada da Entidade Adjudicante.

Cláusula 17.^a

Proteção de dados Pessoais – Conformidade legal

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir com a execução de medidas técnicas e organizativas, que garantam a conformidade de quaisquer tratamentos de dados que satisfaçam os requisitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Lei 58/2019 de 08 de agosto, bem como da demais legislação aplicável em matéria de utilização e proteção de dados.
2. Compete ao Adjudicatário informar, imediatamente, a entidade Adjudicante se, no seu entender, alguma instrução violar o contrato celebrado ou o RGPD ou outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.

Cláusula 18.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, no contexto de ações no âmbito do contrato a celebrar.
2. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições aplicáveis.
3. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo de 3 (três) dias.

Cláusula 19.^a

Sanções

1. Se, por causa que lhe seja imputável, o adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a entrega do bem, ou na situação prevista no n.º 3 da Cláusula 12.ª, fica este obrigado, a título de sanção

pecuniária, ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula: $P = V * A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso, sem prejuízo eventuais indemnizações pelo dano excedente.

2. As penalidades devidas nos termos da presente cláusula serão aplicadas por dedução do respetivo montante no pagamento da fatura respeitante à encomenda em que se verifique a situação do incumprimento.
3. Em caso de incumprimento por parte do adjudicatário, designadamente atraso na prestação, a cláusula penal poderá ser reduzida se for parcialmente cumprida a prestação em falta; no caso de, o adjudicatário, por outro lado, cumprir integralmente a prestação em falta, a cláusula penal poderá não ser exigida.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente clausula não obstam a que o LM exija à entidade Adjudicatária indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se, por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar caso fortuito ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à contraparte, bem como informar do prazo previsível para o restabelecimento da normal execução contratual.

Cláusula 21.^a

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º - A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela Entidade Adjudicante.
2. Ao gestor de contrato compete:
 - a. Acompanhar a execução do mesmo;
 - b. Assegurar o acompanhamento contínuo da qualidade e quantidade do serviço.

Cláusula 22.^a

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, bem como demais despesas não previstas relativas à execução do presente contrato, são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato

1. O incumprimento, reiterado ou definitivo, por qualquer das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de o resolver, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais exigíveis.
2. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

Em tudo o não disposto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se subsidiariamente as disposições do CCP, bem como quaisquer outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 26.^a

Especificações técnicas

As **Especificações do objeto contratual**, fazem parte integrante deste Caderno de Encargos, constando do **Anexo A**.

O Diretor da Logística Farmacêutica

(original assinado e arquivado no LM)

Eduardo Esperança de Carvalho

Tenente-Coronel Farmacêutico

ANEXOS:

- A. Especificações do Objeto Contratual**

Anexo A

Especificações do Objeto Contratual

VISTO
O DIRETOR

(Original assinado e arquivado no
Laboratório Nacional do Medicamento)

MANUEL ANTÓNIO RAMALHO DA SILVA
CORONEL FARMACÊUTICO

Cláusula 27.^a

Produto a transportar

O medicamento a transportar é a Solução de Metadona em frasco de vidro e/ou saquetas.

Cláusula 28.^a

Características específicas de transporte

O transporte do medicamento deve ser efetuada a uma temperatura entre os 8°C e os 15°C.

Cláusula 29.^a

Mapa de Quantidades

O número de Transporte de medicamentos (nº de viagens) pode ser inferior às quantidades apresentadas na presente tabela:

Ano	Descrição	Quantidade	Unidade
2024	Transporte de Medicamentos em viaturas de carga com reboque	7	Unidade
2025	Transporte de Medicamentos em viaturas de carga com reboque	12	Unidade

Cláusula 30.^a

Paletes

1. A Quantidade máxima por viagem (1 Unidade) de paletes a transportar é de 33 paletes euro não sobreponíveis (Carro Completo).
2. A Volumetria (CxLxA) de cada palete euro é 1,2mtx0,8mtx1,2mt.

Cláusula 31.^a

Local de Carga/Recolha

1. O local de carga ou de recolha é no Laboratório Nacional do Medicamento sediado em Avenida Doutor Alfredo Bensaúde 1849-012 Lisboa.
2. O Dia e Hora ou Período para recolha deve ser efetuado em dias úteis das 8.30h às 12.30h e 14h às 16h.
3. A Recolha deve ser efetuada até 72 horas úteis após o envio do pedido de encomenda pela Direção de Apoio do LM.
4. A recolha/descarga é efetuada por veículo longo de mercadorias.

Cláusula 32.^a

Local de Descarga/Ponto de Entrega

1. O Local de Descarga ou ponto de entrega é no SUCH (Serviço de Utilização Comum dos Hospitais)
- Estrada Nacional 335, Polo Logístico e Industrial De, 3140-047 Arazede.
2. O movimento de descarga deverá ocorrer no mesmo dia do movimento de carga.
3. O Dia e Hora ou Período para descarga é realizado das 9h às 12.30h e 14h às 16h.

Cláusula 33.^a

Tratamento da encomenda

1. A Entidade Adjudicatária manuseará e distribuirá os bens em viaturas exclusivamente dedicadas a esse transporte, isto é, não deverão ser transportados outros produtos que não os do LM.
2. A entidade adjudicatária manuseará e distribuirá os bens mantendo-os sempre em boas condições, cumprindo as regras de manuseamento e transporte na legislação em vigor, designadamente a circular informativa do INFARMED 101/CA de 26/09/2006, o Decreto-Lei n.º 176/2006 de 30 de agosto, a Portaria n.º 348/98 de 15 de julho, o Decreto-lei n.º 15/93 de 22 de janeiro e o Decreto Regulamentar n.º 61/94 de 12 de outubro.

Cláusula 34.^a

Dificuldades na entrega

1. No caso em que reconhecidamente a entidade adjudicatária se depare com dificuldades a aceder aos estabelecimentos, o LM tomará as diligências necessárias junto das entidades envolvidas, de modo a melhorarem os respetivos acessos, sem prejuízo, no entanto da obrigação da entidade adjudicatária efetuar as entregas.
2. Todas as ocorrências deverão ser comunicadas ao LM.

Cláusula 35.^a

Planeamento dos Serviços

1. As atividades contratadas serão desenvolvidas sob a direção, gestão e responsabilidade da Entidade Adjudicatária, que organizará de forma autónoma essas atividades e prestará serviços por sua conta e risco.
2. Quando solicitado, a entidade adjudicatária deverá informar o responsável ou gestor do contrato do LM do ponto de situação das atividades.
3. Caso a entidade adjudicatária tenha a necessidade de alterar o previamente definido deve informar atempadamente e propor uma solução exequível para a rápida resolução da situação.
4. Os custos adicionais daí decorrentes são da inteira responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 36.^a

Custos Inerentes incorridos pela entidade adjudicatária

1. A entidade adjudicatária assumirá todos os custos associados à operação que efetua, incluindo seguro dos veículos e despesas de manutenção e reparação e todos e quaisquer danos e prejuízos resultantes de quaisquer acidentes ocorridos durante a operação, ainda que causados pelos produtos das entidades.
2. Os riscos de danificação, destruição, descaminho, furto ou extravio, decorrentes do transporte dos produtos, são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 37.^a

Fardamento e Inscrições

1. Profissionais que tenham contacto com utentes profissionais de saúde, devem apresentar-se fardados, devidamente identificados e com aparência cuidada.
2. As viaturas da entidade adjudicatária, afetas à distribuição de bens, deverão apresentar condições de higiene apropriadas e boas condições de conservação e segurança.

Cláusula 38.^a

Trabalhadores da entidade Adjudicatária e Supervisão das atividades

1. A entidade adjudicatária obriga-se a dispor dos trabalhadores necessários e com aptidões e qualificações profissionais adequadas à boa execução das correspondentes tarefas, com habilitações legalmente exigidas.
2. O LM poderá exigir, quando entender os respetivos comprovativos.
3. A entidade adjudicatária deverá cumprir todas as disposições legais para com os seus trabalhadores afetos à prestação de serviços de transporte ao LM, nomeadamente em relação a higiene e segurança no trabalho, incluindo apólice de acidentes de trabalho, devendo apresentar ao LM os respetivos comprovativos, quando solicitado.
4. É da inteira responsabilidade do adjudicatário estabelecer os períodos de trabalho dos seus trabalhadores.
5. A organização das atividades da entidade adjudicatária e a supervisão hierárquica e funcional dos seus trabalhadores é da sua inteira e única responsabilidade.

Cláusula 39.^a

Documentação

No local de recolha deve ser emitido um comprovativo de recolha dos medicamentos pelo adjudicatário da carga e comprovativo de recolha de documentos para serem entregues no ponto de descarga.

Os documentos devem ser assinados pelas entidades competentes: Entidade Adjudicante, adjudicatário e SUCH.

Cláusula 40.^a

Revisão Contratual

Até final de 2025 poderão existir modificações contratuais se existirem alterações significativas no custo do combustível, para serviços diretos.

O Diretor da Logística Farmacêutica

(original assinado e arquivado no LM)

Eduardo Esperança de Carvalho

Tenente-Coronel Farmacêutico